


A guerra esquecida: os Anaió e os colonizadores na Guerra dos Bárbaros, no Sertão do Rio São Francisco, entre 1684 e 1688

The forgotten war: the Anaió and the colonizers in the Barbarian War, in the hinterland of São Francisco River, between 1684 and 1688



SILVA, Paulo Robério Ferreira*

 <https://orcid.org/0000-0001-9045-7781>

RESUMO: A *guerra esquecida* foi uma etapa da Guerra dos Bárbaros que passou despercebida da historiografia até o início do século XXI. Nos Sertões do Rio São Francisco, próximo, ao Sul, aos Rios Verde e Carinhanha, digladiaram, entre 1684 e 1688, os povos nativos Anaió e as tropas comandadas pelo paulista Matias Cardoso de Almeida e pelo baiano Marcelino Coelho. Além de contribuir para justificar que as Guerras do São Francisco – a outra ocorreu na segunda metade da década de 1670 também entre Anaió e colonizadores – não faziam parte das Guerras do Recôncavo, como aceito por alguns historiadores, os efeitos dessa contenda lançam luzes sobre como os povos nativos, para além da violência do extermínio, também participaram da emergência do povo brasileiro que surgiu com a colonização.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra dos Bárbaros; Anaió; Colonizadores luso-brasileiros; Matias Cardoso; Sertão do Rio São Francisco.

ABSTRACT: The “forgotten war” was a stage of the Barbarian War that went unnoticed by historiography until the beginning of the 21st century. In the Hinterland of the São Francisco River, close, by South, to the Rivers Verde and Carinhanha, the Anaió native peoples and the troops commanded by Matias Cardoso de Almeida and the Marcelino Coelho came into conflict between the years 1684 and 1688. In addition to contributing to the justification that the São Francisco Wars - the other one occurred in the second half of the 1670s also between Anaió and colonizers - were not part of the Recôncavo Wars, as accepted by some historians, the effects of this dispute shed light on how the native peoples, in addition to the violence of extermination, also participated in the origins of the Brazilian people that came from colonization.

KEYWORDS: War of the Barbarians; Anaió; Portuguese-Brazilian colonizers; Matias Cardoso; hinterland São Francisco River.

Recebido em: 20/01/2021
Aprovado em: 19/03/2021

* Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas, Belo Horizonte - MG, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Unimontes, Montes Claros - MG. E-mail: terradecontato@gmail.com.



Introdução

A Guerra dos Bárbaros foi uma série de conflitos ocorridos nas Capitanias do Norte, entre 1651 e 1720, envolvendo diferentes povos nativos e os colonizadores. Até recentemente, a historiografia considerava apenas os embates que se verificaram no interior das Capitanias do Ceará, do Rio Grande (do Norte), da Paraíba e do Piauí como aqueles que podiam receber este rótulo. Ultimamente foram incluídas no rol destas guerras aquelas sucedidas no Recôncavo Baiano e proximidades, bem como as que aconteceram no Rio São Francisco. Uma das etapas das Guerras do São Francisco, deflagrada entre 1684 e 1688, em que digladiaram os povos nativos Anaió e os colonizadores, permaneceu até o início do século XXI desconhecida, ou, como veremos, esquecida.

Recuperar aspectos desta *guerra esquecida* contribui para lançar luz sobre os próprios processos de formação da sociedade brasileira, considerando o lugar e a importância dos povos nativos. Neste ponto, invocamos uma imagem violenta da colonização, a qual provocou o extermínio de milhões de pessoas e de milhares de culturas, também é preciso atentar para a emergência do povo brasileiro que ocorre no bojo dos processos colonizadores.

Procuro, na primeira parte, enfatizar alguns aspectos da Guerra dos Bárbaros pertinentes aos seus diferentes momentos. Considero que a *guerra esquecida*, como defenderei, faz parte de uma etapa particular, as Guerras do São Francisco, no bojo desse evento. Além disso, dado as pretensões deste estudo, também apresento alguns aspectos que distinguem duas perspectivas quanto aos tipos de abordagem epistemológica: a primeira, destaca a centralidade dos colonizadores naquele conflito; a segunda, por outro lado, prioriza a atuação dos povos nativos.

Na segunda parte, identifico em um importante estudo feito por Pedro Taques Paes Leme, em meados do século XVIII, que o mesmo não contempla aspectos da atuação de Matias Cardoso numa guerra contra os Anaió, entre os anos de 1684 e 1689. Tal evento foi o elemento provocador preponderante que resultou na chamada *guerra esquecida*. O estudo de Paes Leme, só publicado em fins do século XIX, circulou, como importante referência na historiografia produzida no século XX.

É sobre esta historiografia, em relação à apropriação da pesquisa feita por Paes Leme, que a terceira parte deste estudo é organizada. Houve uma reprodução acrítica da lacuna deixada por Paes Leme, o que provocou, inclusive, distorções interpretativas. A *guerra esquecida* só apareceu na historiografia no início do século XXI, por meio de pesquisas realizadas por dois historiadores.

Na quarta parte, apresento alguns vestígios, por meio de documentos históricos, que confirmam a guerra entre os Anaió e tropas do paulista Matias Cardoso e do baiano Marcelino Coelho, entre 1684 e 1688. É bastante interessante as descrições, as quais exponho sobre estes povos nativos, principalmente, os Anaió pois sabe-se ainda muito pouco deles. No entanto, antes dessa guerra na segunda metade da década de 1680, nos Sertões do Rio São Francisco, eles estiveram em contenda com os colonizadores nas proximidades da foz do Rio Salitre, entre 1674 e 1679. Apenas reforça a tese de que, de fato, as Guerras no São Francisco distinguiram-se das Guerras do Recôncavo.

Por fim, trago outros aspectos que reforçam as diferenças entre as Guerras do São Francisco das Guerras do Recôncavo, opondo a classificação feita por Puntoni (2002, p. 291), o qual incluiu as primeiras como uma das etapas da primeira fase da Guerra dos Bárbaros. Em corolário, também ressalvo a demanda de estudos que considerem a pluralidade étnico-sociocultural como um meio de compreenderem melhor tal como emergiu o povo brasileiro do amálgama de diferentes e inúmeros grupos sociais, especialmente, a participação dos povos nativos. Este, possivelmente, seja um caminho profícuo para trazer novas respostas para velhas e novas questões.

A Guerra dos Bárbaros

Na segunda metade do século XVII e nas duas primeiras décadas do século XVIII, no interior dos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, região que hoje conhecemos como Nordeste, uma série de conflitos entre as populações nativas ali residentes há milhares de anos¹ e os colonizadores luso-brasileiros, com suas tropas, formadas majoritariamente por flecheiros nativos. Caracterizou Puntoni como “Um dos episódios mais violentos de nossa história [...]” (PUNTONI, 2002, p. 13); batizado, desde aquele período, de Guerra dos Bárbaros. .

Essa intensa contenda, em suas diferentes faces, tem sido apresentada em dois conjuntos de conflitos: as chamadas *Guerras do Recôncavo* e a *Guerra do Açú*². Na primeira fase, os conflitos ocorreram entre 1651 e 1679; na segunda, entre 1687 e 1720³.

1 Conforme Martin (2013, p. 49-84), o homem entrou no continente americano por volta de 50.000 anos antes do presente (AP). No Nordeste, as datações mais antigas remetem há cerca de 48.000 anos AP. Esta datação, resultado de escavações profundas feitas por Niède Guidon, no Sítio do Boqueirão da Pedra Furada no Piauí, indicaria que, além do povoamento da América ter ocorrido através da Beringia, há cerca de 30.000 anos AP, resultando que o homem teria chegado à América do Sul há cerca de 12.000 anos AP, outras “portas de entrada” teriam ocorrido. A mesma autora diz ainda que escavações em Central, na Bahia, na depressão sanfranciscana, estas feitas por Conceição Beltrão, teriam localizado artefatos líticos produzidos pelo homem, que datariam de 200.000 a 290.000 anos AP.

2 Grafa-se também *Assu*.

3 Oliveira (2007, p. 22) reivindica a Guerra aos Pimenteiras, no Piauí, ocorrida entre 1770 e 1812, como parte da Guerra dos Bárbaros.

As Guerras do Recôncavo são reconhecidas em quatro momentos: o primeiro, as Jornadas do Sertão, entre 1651 e 1656; o segundo, a Guerra do Orobó, de 1657 a 1659; o terceiro, a Guerra do Aporá, de 1669 a 1673; e a sua última etapa, as Guerras no São Francisco, de 1674 e 1679 (PUNTONI, 2002, p 291). Quanto à Guerra do Açú, esta teria contornos de um efetivo enfrentamento ininterrupto entre nativos e colonizadores a partir do início de 1687. No entanto, conforme Puntoni (2002, p. 124), as animosidades entre estes dois segmentos se manifestavam desde a década de 1670. Taunay (1936a, p. 14-23), por outro lado, indica que o litígio já se desenrolava de forma ininterrupta desde 1683 e de forma esporádica na década de 1650.

Tais embates envolveram várias etnias nativas, tanto na defesa de seus territórios, como outras, cooptadas/associadas ao colonizador. Algumas das principais sociedades nativas que lutaram contra a invasão promovida pelo colonizador luso-brasileiro foram: os Cariri, os Tairarú, os Icó, os Janduí, os Paiacú, os Payayá, os Ariú, os Tupin⁴, os Anaió, os Sapuyá e os Maracá. Estes povos nativos do tronco etnolinguístico Macro-Jê foram denominados pejorativamente, pelos Tupi, de tapuias. Este termo, apropriado igualmente pelo colonizador⁵, significava, grosso modo, o estrangeiro, o inimigo, aquele que não possuía costumes semelhantes aos dos povos Tupi e utilizavam uma língua incompreensível. Os povos Macro-Jê ocupavam tanto o litoral como interior de boa parte do território brasileiro, incluindo o que hoje é a região Nordeste. Cerca de 1000 anos AP⁶, como informa Martin (2013, p. 202), passaram a dividir este território de ocupação milenar como os povos nativos do tronco etnolinguístico Tupi-Guarani⁷. Daí ter originado, entre vários desses grupos, contendas que, durante a Guerra dos Bárbaros, ainda estavam em voga. O que, em certa medida, explica a predominância de povos Tupi-Guarani “aliados” aos colonizadores contra estes povos nativos chamados de tapuias.

Quanto aos colonizadores, foram mobilizadas tropas e recursos oriundos das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Piauí, Ceará, Bahia e São Paulo. Sobre estes contingentes, as informações são dispersas, dado, sobretudo, as diferentes características dos vários momentos deste conflito (PUNTONI, 2002, p. 192-

4 Estes nativos eram do tronco etnolinguístico Tupi-Guarani. Defenderam seus territórios na Guerra do Orobó.

5 O primeiro registro do colonizador feito sobre os tapuias foi o do padre João de Aspilcueta Navarro, em uma carta de 24 de junho de 1555 (NAVARRO, 1931, p.148).

6 Antes do Presente.

7 Martin (2013, p. 202) chega a essa conclusão, ao relacionar a ocupação do território aos vestígios cerâmicos; procedimento recorrente entre pesquisadores. Neste caso, as cerâmicas *Tupiguarani* foram localizadas, com datações de aproximadamente 1000 anos AP, em posição superior as cerâmicas não-*Tupiguarani*, *Aratu e Papeba*, em dois sítios, um no atual território da Bahia e outro no Rio Grande do Norte.

202). A título de exemplo, e dado ter sido Capitão-Mor na *guerra esquecida*, destacarei alguns aspectos da participação do paulista Matias Cardoso de Almeida na Guerra do Açu. Primeiro, a sua contratação para a referida campanha militar, feita pelo então Governador Geral do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição, estava alicerçada em indicações do potentado, Antônio Guedes de Brito e do provedor-mor, Francisco Lamberto, sob a indicação, deixada em carta, do ex-Governador Geral, Matias da Cunha,; bem como chancelada pela Câmara de São Paulo. Matias Cardoso, nas últimas décadas do século XVII, era reconhecido como um dos principais líderes paulistas nas campanhas de guerra contra os povos nativos. Na condição de Capitão-Mor na Guerra do Açu, Matias Cardoso mobilizou um grande contingente militar, formado por paulistas e, em sua maioria, por guerreiros nativos. Estima-se que ele tenha comandado cerca de 1.200 homens naquela campanha, financiada tanto por recursos próprios de Matias Cardoso, como outros oriundos do Estado colonial brasileiro e de algumas capitânias.

Uma leitura recorrente, feita pela historiografia produzida nas últimas décadas, tem enfatizado a Guerra dos Bárbaros na perspectiva do avanço colonizador provocado pela expansão das atividades pecuárias, como mostram, por exemplo, Abreu (1988), Puntoni (2002), Pires (1990), Magalhães (1935), Silva (2003), Santos (2017) e Pompa (2001). A este elemento comum, outros aspectos têm sido também destacados, entre eles: a necessidade de ocupação do território pela Coroa lusitana, por meio do Estado colonial, tanto em face do reestabelecimento do trono português, ocorrido em 1640, depois dos sessenta anos em que este esteve anexado à Coroa espanhola, quanto pela expulsão dos holandeses de Pernambuco em 1654; a exploração e, em certos casos, a consolidação de domínios dos potentados sobre territórios até então não ocupados; a ampliação do alcance das chamadas ações missionárias de ordens religiosas e do clero secular; a ampliação da atuação de grupos particulares, a exemplo dos paulistas, dedicados à guerra e apreensão de nativos; a exploração de recursos minerais, entre outros.

Por outro prisma, pesquisas mais recentes têm evidenciado os interesses e demandas dos povos nativos nestes conflitos, a exemplo dos trabalhos de Pires (1990), Silva (2003), Monteiro (2001), Silva e Costa (2019) e outros. Se, grosso modo, a partir da leitura do avanço colonizador pelo Sertão, tem se tratado tais conflitos na perspectiva do “descobrimento”, da “conquista” e de “processos civilizatórios”, entre outros qualificadores, diante de “resistências” oferecidas pelos povos nativos, para essa outra vertente, o foco é o protagonismo das sociedades autóctones. Daí o interesse, por exemplo, pelos (re)arranjos feitos por estas sociedades nativas, dado ao avanço violento

do colonizador sobre os seus territórios. Questões políticas, econômicas, religiosas, militares, socioculturais, entre outras, têm sido tratadas nestes estudos.

A Guerra dos Bárbaros foi um segundo e decisivo momento de modificação radical dos processos sócio-históricos das sociedades nativas que habitavam há milhares de anos o Sertão das Capitanias do Norte. O primeiro, como comentado alhures, foi provocado pela expansão Tupi-Guarani que, embora tenha ocorrido em maior intensidade no litoral, também afetou os povos nativos que viviam naquelas plagas. Quanto aos efeitos da Guerra dos Bárbaros, as alterações estruturais foram ainda mais decisivas, pois, a partir dali, aqueles territórios passaram a integrar, paulatinamente, a estrutura colonial luso-brasileira.

A lacuna histórica

A Guerra dos Bárbaros foi tratada até recentemente como sendo apenas os eventos ocorridos nas Capitanias do Rio Grande, Ceará, Piauí e Paraíba. Pedro Puntoni, em *A Guerra dos Bárbaros* (2002, p. 13) inseriu neste rol também as chamadas Guerras do Recôncavo: Jornadas do Sertão; Orobó, Aporá e do São Francisco, ocorridas na Bahia entre 1651 e 1679.

Os primeiros registros que se têm da Guerra dos Bárbaros na historiografia brasileira teriam sido feitos por Sebastião da Rocha Pita em sua obra, já imortalizada, *História da América Portuguesa*, concluída em 1724 e publicada em 1730. Nela, Rocha Pita trata do pedido de socorro feito por colonizadores da Capitania do Ceará, dado as constantes ameaças de povos nativos que habitavam, em grande quantidade, aquele território e adjacências. A resolução tomada pelo então Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha, foi depois de reunir autoridades no assunto, inclusive religiosas, de promover uma intervenção naquelas plagas. Para dar cabo a tal demanda, foram mobilizados recursos que envolviam tanto o poder colonial quanto forças particulares. Segundo Rocha Pita, o resultado da referida empresa teria sido “[...] a quietação que hoje logra aquella província [...]” (PITA, 2013, p. 219).

Poucas décadas depois, o tema também foi abordado em outra importante obra do século XVIII, dessa vez com novas e significativas informações. Trata-se do livro *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* de Pedro Taques Paes Leme. Não se tem a data precisa de sua conclusão. Taunay (1923, p. 58) estima que o autor a escreveu durante cerca de vinte anos, entre meados das décadas de 1730 e 1750. Em 1755, Pedro Taques foi a Portugal tentar a publicação em livro de seu vigoroso trabalho de pesquisa. Sem êxito, volta ao Brasil em 1757. Sua publicação, no entanto, só foi feita em edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, datadas de 1869, 1870, 1871 e 1872

(LEME, 1869, 1870a, 1870b, 1871a, 1871b, 1872a e 1872b). O que indica que a sua utilização como fonte vai acontecer a partir do final do século XIX⁸, tornando-se uma importante referência sobre a presença dos paulistas na Guerra dos Bárbaros.

Em relação à atuação dos bandeirantes do Planalto de Piratininga, Leme (1869, 1870a, 1870b, 1871a, 1871b, 1872a e 1872b) destaca, entre outros, a atuação de Matias Cardoso de Almeida, um dos principais líderes das empresas que foram criadas para dar cabo da resistência dos povos nativos ao avanço colonizador. Ressalta, como comentado anteriormente, como a sua experiência em incursões pelo Sertão e, especificamente, nesse tipo de conflito (TAUNAY, 1924, 1927, 1928, 1929, 1930 e 1936b), teria sido o principal motivo para que o mesmo fosse contratado pelo Governo Geral do Brasil para liderar um novo estilo de guerra, como informado por Ressurreição (1929a, p. 383), a ser implementado contra os nativos, nas capitanias do Ceará e Rio Grande.

Pedro Taque Paes Leme, no entanto, ao recuperar a trajetória histórica de Matias Cardoso, não contempla um período que pode ser considerado como um dos mais significativos de sua atuação no Sertão, como se discutirá *a posteriori*. Trata-se da guerra promovida contra os Anaió⁹, no Sertão do Rio São Francisco, próximo, ao Sul, aos Rios Verde e Carinhonha¹⁰. O autor observa que Matias Cardoso, ao deixar a bandeira de D. Rodrigo Castelo Branco, após a sua morte no Sertão em 1682, retorna e permanece em São Paulo até ser convocado para a guerra no Ceará e Rio Grande em 1689 (LEME, 1870a, p. 54). Entretanto, Leme não identificou em sua pesquisa é que, em 1684, Matias Cardoso foi contratado por Antônio Guedes de Brito, senhor da Casa da Ponte, com aval do então Governador Geral do Brasil, Antônio de Souza Menezes, para a dita guerra contra os Anaió, no Sertão do Rio São Francisco; bem como que o mesmo permaneceu nessa contenda até 1688, e ali foi o responsável por liderar os processos de ocupação colonial que viriam resultar no primeiro arraial com população sedentária no território que mais tarde seria parte do Estado de Minas Gerais, como será discutido mais adiante.

Sobre a presença de paulistas no Sertão do Rio São Francisco, o historiador catarinense Affonso de Escragnolle Taunay, em sua importante e volumosa obra: *História Geral das Bandeiras Paulistas*, ajuda-nos a dimensionar melhor esse fenômeno.

8 É importante destacar que, antes disto, Varnhagem (1975, p. 256) faz menção à Guerra dos Bárbaros nos Sertões do Ceará e Rio Grande sem, no entanto, dar maiores detalhes do que aquilo que tinha sido apresentado por Rocha Pita (2013, p. 219).

9 A grafia de etnônimos referentes aos povos nativos obedece aqui à Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais de 1956. Portanto, são escritos como inicial maiúscula e não são flexionados quanto a gênero e a número (MELATTLI, 1999, p. 1). Além de Anaió, também aparecem nos documentos consultados as seguintes grafias: *Ua Nay*, *Anojeses*, *Ayayos*.

10 Atualmente estes rios servem de marco divisório entre os Estados de Minas Gerais e Bahia. O Rio Verde do lado direito e o Carinhonha do lado esquerdo do Rio São Francisco.

Os primeiros desbravadores do Planalto de Piratininga a chegarem ao Vale do Rio São Francisco teriam sido aqueles da expedição de André Leão, em 1602. O malogro de tal empresa resultou na decisão de envio de uma nova bandeira no ano seguinte. Liderados por Nicolau Barreto, estes paulistas alcançaram o curso médio do Rio São Francisco e atingiram o Rio Paracatu (TAUNAY, 1924, p. 339). É possível, então, admitir que, a partir daí, o curso médio do Rio São Francisco havia sido palco de ações desses desbravadores e exploradores.

Quanto a Matias Cardoso de Almeida, não foi localizado, até então, registro do momento em que o mesmo atinge o curso médio do Rio São Francisco pela primeira vez. Taunay informa apenas que, ainda menino, Matias Cardoso acompanhava seu pai¹¹ ao Sertão, sem precisar exatamente em quais localidades: “Mathias Cardoso mal attinge dez annos quase mais não sahe do sertão, no arraial¹² paterno.” (TAUNAY, 1929, p. 90). De certo, sabe-se que Matias Cardoso recebeu, em 1664, Carta Patente para desbravar o Sertão do Rio São Francisco. Ao comentar sobre este documento, como se lê na folha 99 do livro de registro nº 4 da Câmara de São Paulo, no ano de 1664, Pedro Taques Paes Leme informa que Matias Cardoso “[...] tinha grande experiência, daquelle sertão, e dos índios gentios delle nas entradas de importância, que já tinha conseguido em que procedera com muito valor e boa disposição, conquistando o barbaro inimigo, que o deixara domado [...]” (LEME, 1870 apud TAUNAY, 1930, p. 99).

Essa informação contribui, em grande medida, para sanar alguns aspectos sobre as recorrentes questões referentes à presença de Matias Cardoso de Almeida (filho) no que se chama Sertão do Rio São Francisco. Primeiro, em termos absolutos, o Sertão do Rio São Francisco difere apenas da região de sua foz. Significa, tomando a classificação atual, os cursos alto, médio e baixo. Esses compõem o território nomeado aqui de Sertão do Rio São Francisco. Segundo, os paulistas exploraram os cursos alto e médio do Rio São Francisco desde o início do século XVII; isso significou um longo território entre a sua nascente e o sumidouro (atualmente as cachoeiras de Paulo Afonso, BA). Desse modo, não seria possível precisar em quais partes específicas destas plagas Matias Cardoso atuou (TAUNAY, 1924; 1925; 1927; 1928; 1929; 1930 e 1936b). É possível, no entanto, especular que o Rio das Velhas tenha sido umas das principais, senão a principal via de entrada do Vale do Rio São Francisco para os paulistas; considerando a importância histórica que ganhou ao longo dos séculos XVII e XVIII.

11 Seu falecimento ocorreu em 1656.

12 Conforme Bluteau (1712a, p. 544), Arraial é “[...] o alojamento de hum Exercito na campanha.”

Um segundo recorte, no entanto, tornaria mais preciso aquilo que neste trabalho é nomeado especificamente como *Sertão do Rio São Francisco*. Trata-se da criação do Arraial de Matias Cardoso. Conforme informações de seu filho, Januário Cardoso de Almeida, este arraial foi instalado, em 1684, primeiramente na barra do Rio Verde (na divisa dos atuais Estados da Bahia e Minas Gerais), jurisdição da Capitania da Bahia (ALMEIDA, 1721, p. 1). Logo em seguida, dado aos efeitos de enchentes do Rio São Francisco, este arraial é transferido para uma localidade alguns quilômetros acima (atualmente comunidade Arraial do Meio no município de Matias Cardoso, MG). Deste modo, para este trabalho, o Sertão do Rio São Francisco se refere especificamente ao trecho compreendido entre os Rios Verde e Carinhanha, ao Norte, e à região em torno da foz do Rio das Velhas. Note-se, em todo caso, que este recorte arbitrário, justificado para esta pesquisa, não oblitera o fato de que os cursos alto e médio do Rio São Francisco tenham sido palco de atuação dos paulistas desde o início do século XVII.

A apropriação da lacuna

Quanto à atuação de Matias Cardoso de Almeida nos Sertões, vetor para se entender a *guerra esquecida*, a historiografia subsequente reproduziu a lacuna deixada por Pedro Taques Paes Leme. Da mesma forma, Diogo de Vasconcelos (1904) um dos mais influentes historiadores do século XX, em sua obra *História Antiga das Minas Gerais*, publicada pela primeira vez em 1904, orientando-se, possivelmente, pelo texto de Paes Leme – embora não credite a ele a fonte, mesmo tendo feito uso recorrente das informações extraídas de *Nobiliarquia Paulistana* –, também destaca a presença de Matias Cardoso nas expedições de Fernão Dias e D. Rodrigo Castelo Branco, a partir de meados da década de 1670 e início de 1680, respectivamente, e depois só volta a mencionar a sua preparação e atuação na guerra dos Sertões do Norte. Não faz referência à Carta Patente recebida por Matias Cardoso em 1684; condição que permitiu a guerra contra os Anaió, no Sertão do Rio São Francisco.

Vasconcelos (1904, p. 62) informa que Matias Cardoso deixou São Paulo em 1692 com uma tropa de 600 homens, rumo ao Sertão do Rio São Francisco. Lá, esperaria, como de fato aconteceu, outra leva de 600 homens, liderados por João Amaro Maciel Parente. Teriam, ainda segundo este autor, acampado em Morrinhos. Tratava-se, conforme Santos (2011, p. 6), de um acidente geográfico localizado acima do Arraial de Matias Cardoso, às margens do Rio São Francisco. O início do povoamento colonial neste lugar só ocorreu depois de 1696, por iniciativa de Januário Cardoso de Almeida.

De Morrinhos, as tropas lideradas por Matias Cardoso de Almeida marcharam rumo a um posto de guerra erguido às margens do Rio Jaguaribe, no Ceará.

O historiador Diogo de Vasconcelos enaltece os feitos deste bandeirante paulista:

A guerra durou sete annos, sem tregoa, até que os infelizes selvagens foram exterminados na maioria, e o resto, que foi de milhares, como rebanho, partilhado entre os vencedores. O Mestre de Campo, com o seu irmão e fiel companheiro Manoel Cardoso, arrecadando a multidão, que lhes coube, fundaram ricas Fazendas de criar no sertão e nunca mais voltaram à patria. (VASCONCELOS, 1904, p. 64).

O aprofundamento da pesquisa deste importante evento, no entanto, indicou um desfecho diferente da participação de Matias Cardoso naquele conflito. Além de perder um filho e ser gravemente ferido, parte de sua tropa ou foi massacrada ou desertou. Do mesmo modo, por não ser atendido pelo Governo Colonial, conforme o acordo firmado, Matias Cardoso se viu na iminente necessidade de abandonar aquele território e retornar às suas posses no Sertão do Rio São Francisco, em 1694, como mostra Studart Filho (1961, p. 204). Também há divergência em relação às datas. Bernardino Vieira Travasco (1949, p. 125) informou ao conde de Alvor, em 5 de agosto de 1694, que Matias Cardoso permaneceu no Ceará e Rio Grande durante cinco anos. Isso contradiz os sete anos informado por Diogo de Vasconcelos. Disso se depreende que a chegada de Matias Cardoso ao Sertão do Rio São Francisco foi em 1690 e não em 1692.

Em *Expansão Geographica do Brasil Colonial*, obra publicada em 1914, Basílio de Magalhães, além de destacar a atuação de Matias Cardoso nos confrontos contra os povos nativos no Ceará e no Rio Grande, na primeira metade da última década do século XVII, ressalta ainda a sua peculiar presença nos processos de colonização que aconteceram nos últimos anos daquela década, no trecho médio do Rio São Francisco, já denominado “rio dos currais” (MAGALHÃES, 1935, p. 176). Também não faz menção à guerra entre os Anaió e as tropas de Matias Cardoso e de Marcelino Coelho, o qual contribui, dado a penetração de seu trabalho entre historiadores e outros pesquisadores dedicados a este tema, para manter a referida *guerra esquecida*.

Em outras importantes obras do século XX, também tomadas como fontes secundárias, as narrativas seguem, em linhas gerais, aquilo que foi produzido originalmente por Pedro Taques Paes Leme. Com tal característica, Affonso de Escragnolle Taunay em seu aclamado *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomos VI e VII (1930 e 1936b), por exemplo, também não trata do conflito entre os Anaió e os paulistas e baianos. Urbino Vianna, em *Bandeiras e Sertanistas Baianos*, publicado em 1935, mesmo aludindo à existência de uma Carta Patente, concedida em 12 de maio de 1684, pelo Governador Geral do Brasil, Antônio de Souza Menezes, o braço de prata, a Matias Cardoso de Almeida, dando-lhe o título de Governador e Administrador de todas

as aldeias e nações que reduzir e situar a partir de Porto Seguro até além do Rio de São Francisco, não indica nada a respeito do conflito neste período derivado nos Sertões do Rio São Francisco. Vianna, ao contrário, confunde esta Carta Patente com outra recebida por Matias Cardoso em 1690 (RESSURREIÇÃO, 1935, p. 7-14). Esta última referente à campanha a ser realizada no Ceará e Rio Grande. Concluiu Urbino Vianna equivocadamente:

Cinco anos, porém, tinham de decorrer até que a expedição saísse de São Paulo, vindo por terra, estando em 1690 nas margens do São Francisco, como se depreende da carta patente de 3 de abril desse ano, assinada por Frei Manoel da Ressurreição, arcebispo da Bahia, que estava no Governo em substituição a Mathias da Cunha, vítima da *Bicha*. (VIANNA, 1935, p. 41, grifo do autor).

Em outros estudos que fazem referência a atuação de Matias Cardoso nos Sertões, a exemplo de Braz (1977), Pires (1979), Franco (1940), Ellis Jr. (1934), Derby (1901) e Vasconcellos (1944), a contenta entre os Anaió e as tropas deste bandeirante paulista também não foi enfocada, acentuando a lacuna existente.

As primeiras alusões a este conflito feitas pela historiografia, até onde foi possível identificar, foram as produzidas por Ângelo Carrara no artigo *Antes das Minas: conquista e ocupação dos sertões mineiros*, publicado em 2007; e por Márcio Santos em sua tese de doutorado, *Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750*, defendida em 2010 e publicada em livro, *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano*, em 2017. Tomando como referência documental da época, ambos os textos fazem menção à guerra dos Anaió contra os paulistas e os baianos a partir de 1684. São informações ainda incipientes sobre este importante conflito, ainda assim significativas para tornar mais bem entendidos os processos de colonização do Sertão do Rio São Francisco neste trecho entre os Rios Verde e Carinhanha, ao Norte, e o Rio das Velhas ao Sul, como discutiremos em seguida.

A guerra esquecida e os Anaió

Em um dos poucos documentos, localizados até então, a trazer informações sobre a guerra do Sertão do Rio São Francisco, Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, em carta enviada ao Governador Geral do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, o conde de Sabugosa, informa que foi o seu pai quem “[...] destruiu e extinguiu os bárbaros [anajoses¹⁵ (?)] que impediam o povoar-se este rio de São Francisco [...]” (ALMEIDA, 1721, p.1). Tal evento teve início em 1684, como indicam tanto a Carta Patente

13 Anaió.

que autorizava este conflito, recebida por Matias Cardoso em 12 de maio de 1684, como o fato de, ainda naquele ano, ser erguido o “*Arraial e Rio de São Francisco*” – o arraial criado por Matias Cardoso próximo a três aldeias dos Anaió¹⁴, localizado, primeiramente, próximo à foz do Rio Verde e depois transferido para uma localidade alguns quilômetros acima. Este, neste mesmo ano, é incorporado à jurisdição da Capitania da Bahia, como mostra Januário Cardoso no mesmo documento (ALMEIDA, 1721, p. 1).

Outra referência se vê em uma declaração prestada pelo padre Paulino Pestana e Souza, pároco em 1700 na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no Arraial de Matias Cardoso. Diz ele ter ouvido do próprio Matias Cardoso como este, em parceria com Marcelino Coelho, debelou os Anaió (*Ua Nay*):

[...] por ordem do dito mestre-de-campo (sic) [Guedes de Brito] e [com?] Marcelino Coelho desinfestar os ditos sertões de gentio bravo ao qual se chama “Ua Nay”¹⁵, por cuja regência lhe dera o dito mestre-de-campo um grande prêmio a fim de pagar os gastos para a dita conquista, e no mesmo descobrimento continuara o coronel Antônio da Silva Pimentel. (CARRARA, 2007, p. 588).

Sobre os povos Anaió, estes são do tronco etnolinguístico Macro-Jê. No período, também receberam o epíteto de *tapuias*. Ocupavam o território denominado, neste estudo, de Sertões do Rio São Francisco, há cerca de 12.000 anos AP (PROUS, 2006, p. 73-75). No final do século XVII, no momento imediatamente posterior ao fim dos conflitos com os colonizadores paulistas e baianos, viviam em três aldeias, localizadas próximo, ao Sul, aos Rios Verde e Carinhanha. Uma delas nas imediações do que hoje é a comunidade de Vereda, no atual município de Matias Cardoso, MG. Esta, próxima ao Arraial de Matias Cardoso; as outras se localizavam no que atualmente é o município de Manga, MG: a primeira próxima à comunidade de Brejo São Caetano (outrora: São Caetano do Japoré), e a segunda um pouco acima da Tabua, mais próxima do Rio São Francisco. As informações estão contidas no mapa: *Demonstração dos afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais*, confeccionado por autor anônimo depois de 1725, a partir do mapa de Cocleo produzido na última década do século XVII, como mostra Santos (2011, p. 2).

Quanto à peleja entre os Anaió e as tropas de Matias Cardoso e Marcelino Coelho, esta teria durado cerca de quatro anos, ou pouco menos, como é possível deduzir, pois foi apenas em 1688 que Matias Cardoso retornou a São Paulo em busca de farinha

14 Conforme o “Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil / Extraído do original do P.^e Cocleo”. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.

15 Essa foi também uma das denominações, utilizadas no período, para Anaió.

(RESSURREIÇÃO, 1929b, p. 147) e de famílias para povoar o Sertão. Domingos do Prado de Oliveira, seu sobrinho, informa em documento de 1713, quando o mesmo tinha trinta anos de idade e residia no Arraial de Matias Cardoso (atual Arraial do Meio, no município de Matias Cardoso, MG), que fora por iniciativa do seu referido tio que ele e sua família foram residir no dito arraial, em 1689 (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1713, p. 1). Nesse mesmo ano, chegaram ao Sertão do Rio São Francisco mais de 100 famílias paulistas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1935, p. 172), dando início à ocupação colonizadora destas plagas com população sedentária.

Outro evento importante, que contribui para mais bem dimensionar a importância da *guerra esquecida* nos primeiros processos de ocupação colonial no Sertão do Rio São Francisco, refere-se à concessão de sesmarias, em 1690, a um grupo de vinte peticionários paulistas liderados por Matias Cardoso. Além de terem sido doadas imediatamente à chegada das famílias paulistas ao Arraial de Matias Cardoso ocorrida em 1689, estas estavam localizadas no território da grande sesmaria de Antônio Guedes de Brito, na área em que Matias Cardoso exercia a função de “governador e administrador de aldeias e nações” que fossem por ele reduzidas, conforme a Carta Patente recebida em 1684. Foram beneficiários: o tenente general Matias Cardoso de Almeida, o capitão Domingos Soares de Albuquerque, Mateus Furtado, João Cardoso de Almeida, José de Albuquerque, Matias de Albuquerque, o padre vigário Antonio Filgueira, Domingos de Figueiredo Calheiros, Manoel de Aguiar da Corte, Pedro de Andrade Pereira, Francisco Teixeira Cabral, Francisco Martins Pereira, Custódio Barbosa Vilas Boas, Francisco de Lima Pinto, o capitão Manoel Soares Pereira, o Sargento-mor Domingos Pires de Carvalho, Domingos Escorcio, João de Almeida, Salvador Cardoso e Matias Rodrigues (SANTOS, 2017, p. 216).

Sobre a sesmaria de Antônio Guedes de Brito, André João Antonil, no livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, escrito entre 1693 e 1709 e publicado em 1711, atesta a sua existência, indicando que a mesma se estenderia do Morro do Chapéu (Bahia) ao Rio das Velhas (atualmente Minas Gerais) e que possuiria 160 léguas de largura. O tema tem suscitado polêmicas, inclusive foi motivo de contenda entre Isabel Maria Guedes de Brito, filha e herdeira de Antônio Guedes de Brito e o governo da recém-criada Capitania de Minas Gerais. Conforme Capistrano de Abreu (*apud* COSTA FILHO, 1958, p. 146), Antônio Guedes de Brito recebeu em 2 de maio de 1684 a referida sesmaria do sesmeiro e então Governador e Capitão-mor de Sergipe, Bras da Rocha Cardoso. Isabel Maria Guedes de Brito, em documento enviado ao Conselho Ultramarino em 10 de maio de 1720, corrobora com a mesma informação (COSTA FILHO, 1958, p. 122).

Mesmo que se considere, numa possível objeção, que as vinte sesmarias doadas por Antônio Guedes de Brito, entre os Rios Prado e Doce – o primeiro localizado na divisa dos atuais Estados da Bahia e Minas Gerais, e o segundo na região de exploração aurífera, próximo a atual cidade de Ouro Preto – distantes, portanto, do “palco” da *guerra esquecida* (nas proximidades dos Rios Verde e Carinhanha), seria possível pressupor que tal determinação tenha sido motivada pelo próprio projeto colonizador implementado por Antônio Guedes de Brito. Trata-se de um tema ainda pouco explorado, mas, para efeitos deste estudo, é possível considerar que estes quatro eventos – a doação da maior sesmaria do Brasil a Antônio Guedes de Brito em 2 de maio de 1684; a Carte Patente de 12 de maio do mesmo ano para atuação de Matias Cardoso em parte desse território, o que resultou na guerra contra os Anaió; a criação do Arraial de Matias Cardoso também em 1684; e a doação destas vinte sesmarias – tenham relação entre si e estejam no bojo dos processos de ocupação colonial ocorridos nos Sertões do Vale do Rio São Francisco a partir da penúltima década do século XVII.

Tanto sobre os conflitos entre os Anaió e os paulistas e baianos ocorridos na década de 1680, como sobre estes povos nativos, sabe-se ainda muito pouco. No entanto, tem-se registros de que os Anaió estiveram em contenda com os colonizadores na década anterior, entre 1674 e 1679, em outro trecho do Vale do Rio São Francisco; mais precisamente nas proximidades da foz do Rio Salitre (atualmente município de Juazeiro, BA). Em dois documentos oficiais do período os Anaió foram trados como “empecilhos” à colonização (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929a, p. 73-75; 1929b, p. 75-76). Tais informações, no entanto, podem também ser lidas como reveladoras da força e belicosidade desses nativos que lutavam para manterem-se livres da submissão ao colonizador.

Sobre a *Guerra do Salitre*¹⁶, o padre Matinho de Nantes deixou um importante relato que, se em grande medida mostra a violência promovida pelos colonizadores contra as populações nativas, também indica a vigorosidade dos Anaió. No início de 1674, as recorrentes incursões dos Anaió em fazendas da região supracitada passaram a provocar temor acentuado entre os moradores. Segundo o frei Matinho de Nantes, estes nativos “Haviam senhoreado todas as fazendas, que chamavam *curralo*, dos dois lados do rio, numa extensão de cerca de trinta léguas, depois de haver matado os donos e seus negros, como já informei, em número de oitenta e cinco, fazendo todos os dias uma grande matança de gado.” (NANTES, 1979, p. 51-52).

16 Puntoni (2002, p. 116-120) nomeou este conflito como a *Guerra do São Francisco*. A renomeação para *Guerra do Salitre*, neste trabalho, tem por objetivo evitar qualquer confusão com a *Guerra no Sertão do rio São Francisco*, aqui indicada como a *guerra esquecida*.

Para dar cabo das investidas dos Anaió contra os colonizadores, foram mobilizadas, primeiramente, tropas financiadas por Francisco Dias D'Ávila, senhor da Casa da Torre. Os recorrentes fracassos das investidas contra os Anaió resultaram na solicitação de ajuda ao governo colonial brasileiro. Este, autorizou o envio de pólvora, balas e mais homens (nativos) para as tropas dos colonizadores, conforme informado em carta de 18 de junho de 1676 enviada por Álvaro de Azevedo e Antônio Guedes de Brito a Antônio Gonçalves do Couto (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929c, p. 17). No entanto, o conflito só arrefeceu em 1679, depois da degola de mais de quinhentos guerreiros Anaió e o aprisionamento de tantos outros. O padre Matinho de Nantes, que presenciou este bárbaro evento, registrou:

Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. (NANTES, 1979, p. 53).

O fim da *Guerra do Salitre* em 1679 não significou necessariamente a interrupção das contendas envolvendo os Anaió e os colonizadores. Apenas seis anos depois, a pugna volta a acontecer nos Sertões do Rio São Francisco, próximo aos Rios Verde e Carinhanha. Não é possível, no entanto, dizer que tenha sido um prolongamento da guerra que aconteceu na década anterior, nem, tampouco, descartar esta possibilidade. O que se depreende, de antemão, é que as duas guerras dos colonizadores contra os Anaió caracterizam uma fase distinta do conjunto de eventos belicosos que ficou registrada como Guerra dos Bárbaros.

Conclusão

A *guerra esquecida*, não contemplada pela historiografia até então, dado que, por influência da obra de Pedro Taques Paes Leme (1869, 1870a, 1870b, 1871a, 1871b, 1872a e 1872b), também não contemplou as atuações de Matias Cardoso de Almeida entre os anos de 1684 e 1688 nos Sertões do Rio São Francisco, entre os Rios Verde e Carinhanha, ao Norte, e o Rio das Velhas, ao Sul, ao ser “resgatada”, provoca de imediato duas contribuições à história do Brasil em relação ao seu período colonial. A primeira, mostra que no bojo da Guerra dos Bárbaros, evento que ocorreu nas Capitânicas do Norte entre 1651 e 1720, as Guerras do Rio São Francisco distinguiram-se das Guerras do Recôncavo; esse modo, ao contrário do que defende Puntoni (2002), as Guerras do São Francisco não fizeram parte das Guerras do Recôncavo. A segunda, traz novas questões que

contribuem para mais bem entender a própria formação da sociedade brasileira a partir da relação entre os povos nativos e, especificamente, os colonizadores luso-brasileiros.

Quanto às Guerras no São Francisco, em seus dois momentos – a Guerra do Salitre, entre 1674 e 1679 e a Guerra nos Sertões do Rio São Francisco, próximos, ao Sul, aos Rios Verde e Carinhanha –, estas distinguem-se das Guerras do Recôncavo, sobremaneira, pelos seus motivos. Enquanto estas ocorreram devido às constantes ameaças dos povos nativos aos colonos que habitavam o Recôncavo Baiano, constituindo-se um entrave aos processos colonizadores, daí a reação bélica promovida pelo Estado colonial brasileiro, como o apoio de potentados e outros segmentos da sociedade colonial, como a igreja católica, aquelas (as Guerras do São Francisco) estavam diretamente relacionadas à expansão dos domínios dos dois maiores morgados¹⁷ do Brasil, a Casa da Ponte e a Casa da Torre.

Em se tratando, por exemplo, de ocupação territorial, os dois eventos possuem características bem distintas. As Guerras do Recôncavo estavam diretamente relacionada à ocupação do Litoral, portanto, às dinâmicas do Estado colonial luso-brasileiro em sua relação com as elites coloniais locais. Mesmo as “Jornadas do Sertão”, entre 1651 e 1656, ocorreram em função de demandas por escravizados nativos para trabalharem na faixa costeira. Já as Guerras do São Francisco aconteceram em face da expansão pecuária rumo ao Sertão, realizada a partir de meados do século XVII. Eram, sobretudo, as atividades econômicas relacionadas à criação de gado *vacum* e *cavallar* que justificavam a colonização do Sertão e, em consequência, fomentavam as guerras contra os povos nativos.

De outra forma, o conflito entre os Anaió e as tropas de Matias Cardoso e Marcelino Coelho também trouxe à baila a questão dos efeitos dessas guerras coloniais nos processos de formação da sociedade brasileira. Um dado ainda pouco explorado, como de resto este conflito ocorrido nos Sertões do Rio São Francisco, refere-se à permanência de aldeias Anaió naquela região – nas imediações do Arraial de Matias Cardoso –, mesmo depois de encerrada aquela contenda, como mostra o já citado mapa produzido nas primeiras décadas do século XVIII e baseado no mapa do padre Jacob Cocleo (SANTOS, 2011, p. 2).

O que essa situação indica, não obstante os violentos processos de extermínio dos povos nativos, ou mesmo de expulsão de seus territórios originários, é que também

17 Conforme Bluteau (1712b, p. 580) significa: “Bem avinculados de sorte que nem se pode alienar, nem dividir, o sucessor justamente os possuía na mesma forma e ordem que o instituidor tem declarado”. Na prática, significa uma instituição, reconhecida pelo Estado colonial brasileiro, em que poucas famílias podiam garantir a sucessão dos seus bens de geração em geração sem a possibilidade de tê-los decompostos em partes.

ocorreram outros tipos de movimento que levaram à incorporação, voluntária ou não, destas sociedades nativas à estrutura nacional em gestação.

Os povos Anaió que sobreviveram à guerra perpetrada pelos colonizadores foram paulatinamente interagindo com a sociedade que se formava a partir de um complexo amálgama de grupos sociais distintos, equivocadamente reduzidos àquilo que foi chamado de matrizes étnico-raciais da nação brasileira: os índios, os africanos e os europeus. Não só em relação às origens, mas quanto às formas de organização sociocultural, em sentido amplo, estas interações foram marcadas pela pluralidade. Nos Sertões do Rio São Francisco, os “contatos” envolveram, no bojo do eixo Anaió vs. colonizadores, povos nativos de outras etnias, como os Xacriabá, os Caiapó e outros que faziam parte das tropas de Matias Cardoso e Marcelino Coelho; colonizadores baianos, paulistas, portugueses e, possivelmente, de outras capitanias; e povos de origem africana de origens não identificadas.

Possivelmente, por meio dessa “pluralidade”, que efetivamente caracteriza a formação histórica da sociedade brasileira, os pesquisadores podem trazer novas respostas para velhas e novas questões relacionadas ao povo brasileiro que emergiu a partir da colonização.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712a. v. 1.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712b. v. 5.

BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1977.

CARRARA, Ângelo. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, vol. 23, nº 38: p. 574-596, Jul./Dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n38/v23n38a19.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

COSTA FILHO, Miguel. As terras dos Guedes de Brito em Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, v. 241, p. 112-148, 1958.

DERBY, Orville Adalbert. Os primeiros descobrimentos de outro nos districtos Sabará e Caêthé. *Revista do Instituto Historico e Geographico e Histórico de São Paulo*, São Paulo, v. 5, p. 279-295, 1901.

ELLIS Jr., Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do nordeste do Brasil*. 5ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MELATTI, Júlio. *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais*. 1999. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 233 f. Tese (Livre Docência) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281350/1/Monteiro_JohnManuel_LD.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial no sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. 2007. 202 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7253/1/arquivo3394_1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: FUNDARPE, 1990.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, MG: s/e, 1979.

POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. 2001, 453 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280432/1/Pompa_MariaCristina_D.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010, 433 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011, p. 6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIO_ROBERTO_A.pdf>. Acesso em 3 jan. de 2012.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. *‘Nas solidões vastas e assustadoras’: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. 2003, 362 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2003.

SILVA, Paulo Robério Ferreira; COSTA, João Batista de Almeida. (Des)subalternizar o “brasileiro nativo” na formação da Sociedade dos Currais: crítica ao eurocentrismo a partir da perspectiva decolonial. In: *Anais do VIII CONINTER*. Anais... Maceió, AL, Unit/AL, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/coninter2019/180203-DESSUBALTERNIZAR-O-BRASILEIRO-NATIVO-NA-FORMACAO-DA-SOCIEDADE-DOS-CURRAIS--CRITICA-AO-EUROCENTRISMO-A-PARTIR-DA>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

STUDART FILHO, Carlos. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: a Guerra dos Bárbaros. Parte 2. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, n. 75, p. 163-208, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo 3. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, V. XV, 1944.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Fontes

ALMEIDA, Januário Cardoso de. Carta sobre os confins das Minas Gerais com esse governo [Bahia], Pernambuco e Rio de Janeiro, em 06 de junho de 1721. *Arquivo Público do Estado da Bahia* (APEB). Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas Régias, livro 14, doc. 66b, p. 1, 1721.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Informações de limpeza de sangue e geração de Domingos do Prado de Oliveira que vive de suas fazendas natural da Vila de São Paulo Bispado do Rio de Janeiro e morador no Arraial do Sertão da Bahia em 29 de outubro de 1713. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Domingos, Maço 22, doc. 435, 1713.

BIBLIOTECA NACIONAL. Carta que se escreveu à Camara de São Paulo: sobre darem todo o favor polvora e munição às pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco à

conquista dos Ayayos (*sic*) (Anaió), em 20 de fevereiro de 1677. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 73-75, 1929a.

BIBLIOTECA NACIONAL. Carta que se escreveu ao Capitão Hieronymo Bueno ao Capitão Fernão de Camargo Joseph de Camargo ao Capital Balthazar da Veiga Antonio de Sequeira Francisco Bueno ausente a Bartholomeu Bueno e ao Padre Matheus Nunes de Sequeria para irem à conquista dos Ayayos (*sic*) (Anaió), em 20 de fevereiro de 1677. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 75-76, 1929b.

BIBLIOTECA NACIONAL. Carta que se escreveu ao Capitão Antonio Gonçalves do Couto, sobre o socorro que se há de enviar ao Coronel Francisco Dias de Avila em 18 de junho de 1676. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 17, 1929c.

BIBLIOTECA NACIONAL. Informações sobre as minas do Brasil (1705). *Anais da Biblioteca Nacional* (ABN), Rio de Janeiro, v. 57, p. 172-186, 1935.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXII, 1ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1869, p. 175-200/209-262.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIII, 1ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1870a, p. 5-112/157-242.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIII, 2ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1870b, p. 27-185/149-336.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV, 1ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1871a, p. 5-116/141-254.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV, 2ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1871b, p. 5-46/129-194.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV, 1ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1872a, p. 5-132/233-284.

LEME, Pedro Taque Paes. Nobiliarchia Paulistana: genealogia das pricipaes familias de S. Paulo [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV, 2ª parte, Rio de Janeiro: B. L. Garnier – livreiro-editor, 1872b, p. 5-79.

NAVARRO, João de Aspilcueta. Carta do padre João de Aspilcueta escripta de Porto Seguro a 24 de junho de 155. *In: PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA. Cartas Jesuíticas II – cartas avulsas (1550 - 1568)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, p. 146-151.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RESSURREIÇÃO, Manuel da. Carta que se escreveu ao Capitão-mor do Rio Grande, Agostinho Cesar de Andrada, sobre a reformação, em 10 de março de 1690. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 382-384, 1929a.

RESSURREIÇÃO, Manuel da. Carta ao Tenente General Matias Cardoso em 9 de dezembro de 1688. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 146-149, 1929b.

RESSURREIÇÃO, Manuel da. Carta Patente de Matias Cardoso como Mestre de Campo e Governador na Guerra dos Bárbaros no Rio Grande. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. 30, p. 7-12, 1935.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *Pedro Taques e seu tempo: estudo de uma personalidade e de uma época*. São Paulo: Oficinas do Diario Official, 1923.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo I. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1924.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo II. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1925.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo III. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1927.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo IV. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1928.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo V. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1929.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo VI. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1930.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo, *Rev. do Arquivo Municipal*, ano 2, n. 22, p. 7-331, abril de 1936a.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo VII. São Paulo: Typ. Ideal – Heitor L. Canton, 1936b.

TRAVASCO, Bernardino Vieira. Carta ao conde de Alvor em 5 de agosto de 1694. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 84, p. 123-127, 1949.